

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAETÉ/MG

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2022



Procurador Municipal

Tarde

Tipo 1 - BRANCA

Organizadora:



INSTITUTO
CONSULPLAN

CARGO: PROCURADOR MUNICIPAL

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

Cancelar palavras para não cancelar pessoas

Li um texto em defesa do uso da palavra “denegrir”, lançando mão de um tratado etimológico quase “iluminista” para dizer que o termo não tem uma origem racista. Não deixa de me espantar a quantidade de pessoas brancas que se dizem cansadas do “politicamente correto”, cansadas de ter de trocar de palavras e “se censura”. Li os comentários com profundo espanto. Será que não entenderam que algumas palavras podem machucar uma quantidade imensa de pessoas?

Foi na sala de aula de Rita Segato que aprendi que “raça é signo”. Nessa frase que dá nome a um de seus mais importantes textos, ela responde a algumas perguntas contrárias às cotas raciais, sendo a primeira: “como é possível falar em cotas raciais se faz tempo já que a biologia e a antropologia aboliram a raça como uma categoria válida?”, ao que responde, com perplexidade, que “somente as representações sociais têm *status* existencial de realidade num universo plenamente simbólico como é o humano”.

Trocando em miúdos, o fato de sabermos que as raças não existem biologicamente, que são uma mera questão de melanina não acaba com o racismo, e não acaba porque somos seres sociais, porque fomos socializados num mundo que escalona as cores da pele. Mesmo que as ciências tenham avançado e tenhamos descoberto que não há que se falar biologicamente em raças, a raça segue existindo. O racismo está no olhar que enquadra e deprecia, está também na insistência de palavras que machucam, está às vezes em lugares quase invisíveis que sustentam todo um arcabouço opressivo, assassinando pessoas diuturnamente, física e simbolicamente.

Mesmo que uma palavra tenha tido uma origem não racista, ou mesmo uma origem racista, eu diria que, independentemente da origem da palavra, é preciso fazer sua leitura hoje, no contexto atual, no mundo simbólico onde ela transita. Se ela machuca um grupo de pessoas, não há razão para insistir em seu uso.

Mas vamos combinar que substituir “denegrir” ou mesmo “judiar” não são tarefas atlânticas. A coisa boa das palavras é que há muitas, e sempre surgem novas palavras e modos de dizer. E não, isso não é um mero “cancelamento” de palavras. Ao contrário, insistir em palavras que agridem é insistir no “cancelamento” de pessoas. Militar pela abolição de palavras que machucam pessoas e grupos de pessoas é um ativismo importantíssimo e tampouco deve ser confundido com censura. Basta um pouco de bom senso, razoabilidade e sensibilidade.

Tem gente que ainda usa “o homem” para designar todos os seres humanos, a humanidade, achando irrelevante o seu caráter excludente para as mulheres, metade da população do país. Tem gente que insiste em usar a palavra “retardado”, esquecendo de seu poder ofensivo para pessoas com deficiência. Tem gente à beça que ainda não se deu conta da importância de modificarmos o nosso jeito de falar, de retificarmos nossos textos para “desgenerificar”, “desracializar”, etc., porque sem modificar a língua, essa graúda “ferramenta do senhor”, não vamos “derrubar a casa grande”, como diria a poeta Audre Lorde.

A língua está viva. A história e a etimologia nos mostram também que muitas palavras morreram e outras tantas nasceram, porque a língua é assim, não está morta e cimentada, e sobretudo, precisa estar aberta para que as palavras possam representar e traduzir a vida, seus processos, suas lutas e transformações sociais. Querendo ou não, a língua é já uma metamorfose ambulante, como a vida. Querer estancá-la e mantê-la inflexível é destruí-la, não o contrário.

Em pleno século XXI faz sentido insistirmos em vocabulários e modos linguísticos excludentes, onde nem todes se sentem representades? E dizer, ainda, que a linguagem neutra é feia? Tem gente que acha feio porque não se acostumou. Feio é excluir, feio é insistir em palavras que ferem.

Que a língua, essa metamorfose ambulante, possa, antes tarde do que mais tarde, abarcar todes que a usam. Encontremos formas de inventar novas palavras e tornar outras mais belas, como disse *Drummond*. Busquemos a ética na (est)ética de nossas palavras e textos. Confabulemos com urgência novas metáforas de clareza e escuridão, porque está tudo tão sufocantemente branco que a brancura queimou nossos neurônios. É preciso escurecer para perceber. Como disse Manoel de Barros, “às vezes ao poeta faz bem desexplicar – tanto quanto escurecer acende os vagalumes”.

(GONTIJO, Danú. *Cancelar palavras para não cancelar pessoas*. *Jornal Nexo*, 2022. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/ensaio/2022/Cancelar-palavras-para-n%C3%A3o-cancelar-pessoas>. Acesso em: 19/08/2022. Adaptado.)

Questão 01

Das opções a seguir, assinale a que melhor sintetiza a principal ideia do texto.

- A) Já está cientificamente comprovado que não existem “raças”, mas o racismo permanece em nossa sociedade.
- B) As pessoas são canceladas porque não se preocupam com o teor das palavras que utilizam em seus discursos.
- C) A linguagem neutra possibilita a inserção social de falantes que não se sentem linguisticamente representados.
- D) O uso de vocabulário ofensivo deve ser abolido para que grupos socialmente excluídos possam ser valorizados.

Questão 02

Em qual fragmento a seguir o valor semântico da preposição destacada NÃO foi adequadamente indicado?

- A) “Li os comentários com profundo espanto.” (1º§) [COM = MODO]
- B) “Foi na sala de aula de Rita Segato que aprendi [...]” (2º§) [DE = LUGAR]
- C) “[...] não há que se falar biologicamente em raças[...]” (3º§) [EM = ASSUNTO]
- D) “[...] porque sem modificar a língua, essa graúda ‘ferramenta do senhor’[...]” (6º§) [SEM = AUSÊNCIA]

Questão 03

Leia: “[...] somente as representações sociais têm status existencial de realidade num universo plenamente simbólico como é o humano.” (2º§). Para fundamentar seu ponto de vista, a articulista utiliza diversos tipos de argumento. O argumento presente na passagem destacada anteriormente é conhecido como de:

- A) Autoridade.
- B) Comprovação.
- C) Contraposição.
- D) Exemplificação.

Questão 04

Das passagens transcritas a seguir, qual a única que apresenta o conector destacado com valor lógico-semântico adequadamente indicado?

- A) “Tem gente que acha feio porque não se acostumou [...]” (8º§) [PORQUE = CONSEQUÊNCIA]
 B) “[...] precisa estar aberta para que as palavras possam representar e traduzir a vida, seus processos, suas lutas [...]” (7º§) [PARA QUE = CAUSA]
 C) “Como disse Manoel de Barros, ‘às vezes ao poeta faz bem desexplicar – tanto quanto escurecer acende os vagalumes.’” (9º§) [COMO = CONFORMIDADE]
 D) “Mesmo que as ciências tenham avançado e tenham descoberto que não há que se falar biologicamente em raças, [...]” (3º§) [MESMO QUE = CONDIÇÃO]

Questão 05

Considerando os conceitos de denotação e conotação, assinale a alternativa cuja passagem do texto exemplifica o predomínio de linguagem denotativa, literal.

- A) “A coisa boa das palavras é que há muitas, e sempre surgem novas palavras e modos de dizer.” (5º§)
 B) “Será que não entenderam que algumas palavras podem machucar uma quantidade imensa de pessoas?” (1º§)
 C) “A história e a etimologia nos mostram também que muitas palavras morreram e outras tantas nasceram, [...]” (7º§)
 D) “Que a língua, essa metamorfose ambulante, possa, antes tarde do que mais tarde, abarcar todes que a usam.” (9º§)

Questão 06

Atente para a passagem a seguir: “Busquemos a ética na (est)ética de nossas palavras e textos.” (9º§) Considerando o contexto, o emprego dos parênteses em “(est)ética” tem por propósito:

- A) Apontar vocábulos homônimos.
 B) Evitar palavras de duplo sentido.
 C) Indicar possibilidades de leituras.
 D) Sinalizar significados semelhantes.

Questão 07

Assinale a opção em que os dois-pontos poderiam ter sido utilizados em substituição à vírgula, sem infringir a norma culta e sem provocar alteração semântica.

- A) “Basta um pouco de bom senso, razoabilidade e sensibilidade.” (5º§)
 B) “Trocando em miúdos, o fato de sabermos que as raças não existem biologicamente [...]” (3º§)
 C) “Tem gente que insiste em usar a palavra ‘retardado’, esquecendo de seu poder ofensivo [...]” (6º§)
 D) “Nessa frase que dá nome a um de seus mais importantes textos, ela responde a algumas perguntas [...]” (2º§)

Questão 08

Considerando-se a temática e o posicionamento da autora, poder-se-ia atribuir qual outro título igualmente adequado ao texto?

- A) Não à censura de vocabulário racista.
 B) “Mimimi” do “politicamente correto”.
 C) Pela busca de uma (est)ética da palavra.
 D) A persuasividade da linguagem humana.

Questão 09

Selecione a passagem do texto em que a autora utilizou uma linguagem mais próxima do registro informal ou coloquial da linguagem.

- A) “Não deixa de me espantar a quantidade de pessoas brancas que se dizem cansadas do ‘politicamente correto’ [...]” (1º§)
 B) “Militar pela abolição de palavras que machucam pessoas e grupos de pessoas é um ativismo importantíssimo [...]” (5º§)
 C) “Tem gente que insiste em usar a palavra ‘retardado’, esquecendo de seu poder ofensivo para pessoas com deficiência.” (6º§)
 D) “Mesmo que uma palavra tenha tido uma origem não racista, ou mesmo uma origem racista, (...) é preciso fazer sua leitura hoje,...” (4º§)

Questão 10

O texto lido apresenta características predominantemente argumentativas, pois apresenta uma tese, que é sustentada por meio de argumentos. Além disso, a articulista sugere ações ou medidas para minimizar a problemática social discutida. Aponte a alternativa que contém propostas de intervenção.

- A) “Encontremos formas de inventar novas palavras e tornar outras mais belas, como disse Drummond. Busquemos a ética na (est)ética de nossas palavras e textos. Confabulemos com urgência novas metáforas de clareza e escuridão, [...]” (9º§)
 B) “O racismo está no olhar que enquadra e deprecia, está também na insistência de palavras que machucam, está às vezes em lugares quase invisíveis que sustentam todo um arcabouço opressivo, assassinando pessoas diuturnamente, física e simbolicamente.” (3º§)
 C) “Em pleno século XXI faz sentido insistirmos em vocabulários e modos linguísticos excludentes, onde nem todes se sentem representadas? E dizer, ainda, que a linguagem neutra é feia? Tem gente que acha feio porque não se acostumou. Feio é excluir, feio é insistir em palavras que ferem.” (8º§)
 D) “Li um texto em defesa do uso da palavra ‘denegrir’, lançando mão de um tratado etimológico quase ‘iluminista’ para dizer que o termo não tem uma origem racista. Não deixa de me espantar a quantidade de pessoas brancas que se dizem cansadas do ‘politicamente correto’, [...]” (1º§)

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

LEGISLAÇÃO

Questão 11

Nos moldes expressos na Lei Orgânica do Município de Caeté, quanto ao uso de bens públicos por particulares, assinale a afirmativa correta.

- A) A autorização administrativa de bem público só será outorgada mediante lei específica.
 B) A concessão de uso de bem público terá a vigência máxima de dez anos, prorrogável uma única vez.
 C) A permissão, expedida por decreto e em caráter precário, pode incidir sobre qualquer bem público.
 D) O uso de bem público por terceiros deve ser, em regra, gratuito, podendo ser oneroso em certos casos.

Questão 12

A Lei Orgânica do Município de Caeté estabelece como objetivos prioritários do município, EXCETO:

- A) Assegurar a permanência da cidade, enquanto espaço viável e de vocação histórica, possibilitando o efetivo exercício da cidadania.
- B) Preservar a identidade local, adequando as exigências do desenvolvimento à preservação de sua memória, peculiaridade e tradição.
- C) Priorizar o atendimento das demandas de emprego e renda, acesso ao nível superior de ensino, formação técnica e alfabetização de jovens e adultos.
- D) Assegurar, ao cidadão, o exercício de mecanismos de controle da eficácia dos serviços públicos e da legalidade e da legitimidade dos atos do Poder Público.

Questão 13

Quanto aos agentes públicos, conforme prevê a Lei Orgânica do Município de Caeté, é correto afirmar que:

- A) A proibição de acumular cargos públicos ressalva o exercício de emprego público.
- B) Excepcionalmente, pode haver a prorrogação de contrato temporário de médicos.
- C) As funções de confiança podem ser providas pelo prazo máximo de seis meses.
- D) Os vencimentos dos cargos do Poder Executivo devem ser inferiores aos da Câmara de Vereadores.

Questão 14

A Lei Orgânica do Município de Caeté, no que tange ao orçamento público, estabelece que:

- A) A lei de diretrizes orçamentárias, compatível com o Plano Diretor, estabelecerá, de forma setorizada, as diretrizes, objetivos e metas de administração municipal.
- B) O projeto de lei, relativo ao Plano Plurianual, será apreciado pela Câmara Municipal na forma regimental, dispensada a apreciação por comissão permanente da Câmara.
- C) A lei orçamentária anual abrange o orçamento de investimento das empresas em que o município direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.
- D) Os recursos destinados à Câmara, correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidas os créditos suplementares e especiais, devem ser repassados até o quinto dia útil do mês.

Questão 15

A Lei nº 2.573/2009, que institui o Plano Geral de Carreiras e Salários do Município de Caeté, dispõe que:

- A) O teto de remuneração do empregado público municipal é o subsídio do prefeito.
- B) O adicional de exercício em local de difícil acesso é de 20% sobre o vencimento básico.
- C) A promoção de carreira limita-se a duas gratificações por nível de evolução na escolaridade.
- D) As gratificações recebidas em um mês incorporam a base de cálculo das vantagens do mês seguinte.

Questão 16

Em relação aos direitos e garantias fundamentais, a Constituição Federal estabelece que:

- A) A vedação de pena de morte comporta exceção no texto constitucional.
- B) A associação de caráter paramilitar depende de autorização, as demais são livres.
- C) O registro de nascimento, casamento, divórcio e óbito é gratuito para todos os brasileiros.
- D) No iminente perigo público, mediante prévia indenização, pode haver requisição de propriedade.

Questão 17

Considere que o Município de Caeté possui 45.000 habitantes, 13 vereadores. Quanto ao que prevê a Constituição Federal sobre a Câmara Municipal, assinale a afirmativa correta.

- A) Um projeto de lei de iniciativa popular deve conter, ao menos, 4.500 assinaturas do eleitorado.
- B) Se o subsídio do Deputado Estadual de Minas Gerais for de 20 mil, o do vereador será de 10 mil.
- C) A despesa da Câmara não pode ultrapassar 5% da receita tributária, incluído o gasto com inativos.
- D) O vereador é inviolável, por suas opiniões, no exercício do mandato, na circunscrição do município.

Questão 18

Em relação à Lei nº 8.429/1992, considere que tenha sido determinada, em juízo, a indisponibilidade de bens do acusado. Nesse caso, o bloqueio:

- A) Não pode incidir sobre valores depositados em caderneta de poupança.
- B) Não pode alcançar ações e quotas de sociedade simples e empresárias.
- C) Incidirá, primeiramente, sobre valores mantidos em aplicações financeiras, exceto poupança.
- D) Pode incidir sobre valores depositados em conta corrente que ultrapassem 40 salários mínimos.

Questão 19

Sobre a Lei de Improbidade Administrativa, no caso de ato de improbidade de atentado aos princípios:

- A) Não se aplica pena de suspensão dos direitos políticos.
- B) Não se aplica a pena de proibição de contratar com o poder público.
- C) A sanção de multa civil limita-se a vinte e quatro vezes o valor do dano.
- D) A sanção de perda da função pública será aplicada após o processo administrativo.

Questão 20

Conforme estabelece a Lei de Improbidade Administrativa, a pena de detenção de seis a dez meses pode ser aplicada a quem:

- A) Negar publicidade a atos oficiais.
- B) Ordenar despesas não autorizadas em lei.
- C) Denunciar falsamente um ato de improbidade.
- D) Praticar ato de nepotismo cruzado na administração.

CONHECIMENTOS DO CARGO

Questão 21

No dia 02 de dezembro de 2021 foi publicada, no município X, determinada Lei Municipal que promoveu a fixação de nova base de cálculo do IPTU, resultando em consequente majoração do tributo. Com dúvidas acerca de quando a nova base de cálculo poderia ser aplicada, o Prefeito daquele município busca a orientação do Procurador do Município. Ciente de tal situação e valendo-se das disposições da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assinale a alternativa que apresenta a correta resposta a ser apresentada pelo Procurador.

- A) A nova base de cálculo do IPTU poderá ser aplicada no exercício financeiro de 2022, não se exigindo a prévia publicação da lei noventa dias antes desse.
- B) Apesar de observada a anterioridade do exercício, não foi atendida a anterioridade nonagesimal, motivo pelo qual a nova base de cálculo só poderá ser aplicada no exercício financeiro de 2023.
- C) Tanto o princípio da anterioridade do exercício quanto o princípio anterioridade nonagesimal deverão ser observados no caso, vez que a Carta Magna prevê a exceção a um deles apenas quando houver majoração da alíquota.
- D) Ao caso, é irrelevante a anterioridade do exercício e também a anterioridade nonagesimal, podendo o município aplicar a nova base de cálculo imediatamente e, portanto, cobrar dos contribuintes a diferença entre o total do tributo já majorado e o montante lançado naquele exercício financeiro de 2021.

Questão 22

Analise atentamente as situações hipotéticas abaixo, bem como a correlação estabelecida entre elas e os respectivos remédios constitucionais.

- I. “Antônia busca acesso às suas informações pessoais constantes de banco de dados público gerido pelo município, mas, imotivadamente, foi-lhe negado o acesso. Diante dessa situação, o remédio constitucional juridicamente adequado a sanar tal situação é o mandado de injunção.”
- II. “No cumprimento de mandado judicial que determinava a prisão preventiva de Carlos, por um equívoco, o ato fora concretizado em face de Anísio, irmão gêmeo daquele, o que levou ao recolhimento desse último à reclusão em ambiente prisional. Face a isso, o remédio constitucional juridicamente adequado a sanar tal situação é o *habeas corpus*.”
- III. “Sandoval se depara contra Lei Municipal inconstitucional recém-publicada e vigente, a qual tem causado prejuízos financeiros tanto a ele quanto aos domiciliados no respectivo município. Diante disso, ele poderá impetrar mandado de segurança questionando apenas a lei em tese, com vistas a alcançar a declaração de sua inconstitucionalidade.”

De acordo com as pertinentes disposições constitucionais e também a jurisprudência do STF e do STJ, é integralmente correta a correlação contida em

- A) I, II e III.
- B) II, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) I e III, apenas.

Questão 23

Regularmente proposto o Projeto de Lei Federal nº XXXX/XXXX, esse fora objeto de votação em ambas as casas legislativas e, ao final, aprovado, seguindo-se estritamente os trâmites do processo legislativo previstos na Carta Magna. Diante disso, a casa revisora enviou o referido Projeto ao Presidente da República, para que tomasse as medidas pertinentes. Tendo como base a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e a jurisprudência do STF, no que se refere ao processo legislativo, assinale a afirmativa correta.

- A) O veto parcial pode abranger o texto integral ou parcial de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.
- B) O veto presidencial só será rejeitado pelo Congresso Nacional se houver voto da maioria relativa dos Deputados e Senadores nesse sentido.
- C) Na hipótese de veto parcial do Projeto de Lei, apenas os trechos vetados voltarão para apreciação no âmbito do Congresso Nacional, restando sancionados os demais e passíveis de serem promulgados, sem que seja necessário o aguardo da deliberação do veto.
- D) Vetado o Projeto de Lei no trigésimo dia útil após data de seu recebimento e comunicado o Presidente do Senado Federal os motivos nas quarenta e oito horas seguintes, o veto será enviado à apreciação do Congresso Nacional, que deliberará sobre a da sua manutenção ou rejeição.

Questão 24

No interesse de atribuir a devida atenção e cuidado na preservação de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, foi proposto, perante a Câmara de Vereadores do Município Z, Projeto de Lei versando sobre tema. Ao final, ele foi aprovado e enviado ao Prefeito para a sanção ou veto. Com dúvidas sobre constitucionalidade do referido projeto, bem como dos possíveis acontecimentos posteriores à sanção, o citado chefe do Poder Executivo procura orientações junto à Procuradora do Município. Logo, valendo-se do disposto na Constituição Federal e na jurisprudência do STF, assinale a única alternativa com informações integralmente corretas a serem apresentadas pela Procuradora, versando sobre as questões de constitucionalidade.

- A) Para que seja constitucional, a Projeto de Lei deve versar apenas sobre questões de interesse predominantemente local, sendo prescindível a sua compatibilização com o legislado pelos demais entes federados.
- B) O licenciamento de atividades e empreendimentos de impacto local é exemplo de matéria sobre meio ambiente que não pode estar inserida no Projeto de Lei do Município, sob pena de incorrer em inconstitucionalidade.
- C) A competência legislativa sobre a matéria ambiental é reservada à União, aos Estados e ao Distrito Federal, não sendo ela atribuível ao município, motivo pelo qual é inconstitucional o Projeto de Lei enviado para o Prefeito.
- D) Se, por ventura, houver inconstitucionalidade contida no texto de artigo do Projeto de Lei, em face da Constituição Estadual, e aquele for sancionado, promulgado e publicado sob a forma de Lei Municipal, a competência para processar e julgar originariamente a respectiva Ação Direta de Inconstitucionalidade pertence ao Tribunal de Justiça.

Questão 25

Alexandre, assim como muitos concurreiros, buscava a tão sonhada aprovação em um concurso público. Seu foco principal era o cargo de Procurador do Município e, após muito empenho e dedicação aos estudos, conseguiu ser aprovado em primeiro lugar. Após nomeado e empossado no citado cargo, seus pais, eufóricos e felizes pela vitória do filho, lhe perguntaram qual seria o teto máximo de subsídio mensal, em espécie, que ele poderia vir a receber na carreira, considerando a ausência de Lei Municipal disposta sobre o assunto. Ciente do exposto e tendo como base as disposições constitucionais e jurisprudenciais do STF sobre o tema, a correta resposta a ser apresentada por Alexandre corresponde ao subsídio percebido:

- A) Pelo Prefeito.
- B) Pelo Governador.
- C) Pelos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- D) Pelos Desembargadores do Tribunal de Justiça.

Questão 26

Os bens públicos são tratados em nosso Código Civil, Lei Federal nº 10.406/2002. Acerca das disposições lá contidas, de acordo com o texto normativo, analise as afirmativas a seguir.

- I. A praça Dr. João Pinheiro, as sedes da Prefeitura Municipal e da Câmara de Vereadores são bens públicos localizados no município de Caeté, classificados, respectivamente, como bem de uso comum, o primeiro, e bens de uso específico, os demais.
- II. Para que um bem de uso especial seja alienado, deverá passar pelo procedimento de desafetação, tornando-se, assim, bem dominical, podendo, a partir daí, ser alienado.
- III. Eventual cobrança de taxa para a utilização de bem público descaracteriza a sua classificação como bem de uso comum.
- IV. Bens públicos não estão sujeitos à usucapião.

Nos termos do disposto em nosso Código Civil, está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e IV, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) I, II e IV, apenas.

Questão 27

O poder público pode intervir na propriedade privada, podendo até expropriá-la. Em relação à desapropriação, analise as afirmativas a seguir.

- I. A lei permite que o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL desapropriem.
- II. As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em títulos da dívida pública.
- III. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social.
- IV. Mesmo propriedade produtiva poderá ser desapropriada para fins de reforma agrária, desde que comprovado interesse social.

Nos termos do disposto em nosso ordenamento jurídico, está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e III, apenas.
- C) II e IV, apenas.
- D) I, II e IV, apenas.

Questão 28

Considerando que o pregão, modalidade de licitação para a aquisição de bens e serviços comuns, tratado na Lei Federal nº 10.520/2002, de acordo com o texto normativo, analise as afirmativas a seguir.

- I. O prazo de validade das propostas será sempre de sessenta dias.
- II. A definição do objeto da licitação deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição.
- III. No pregão é vedada a exigência de pagamento de quaisquer taxas e emolumentos.
- IV. As compras e as contratações de bens e serviços comuns, quando efetuadas pelo sistema de registro de preços, poderão adotar a modalidade de pregão, conforme regulamento específico.

Nos termos do disposto na Lei nº 10.520/2002, está correto o que se afirma apenas em

- A) I e III.
- B) II e IV.
- C) III e IV.
- D) II, III e IV.

Questão 29

A organização administrativa trata sobre a estrutura da Administração Pública. Sobre os institutos componentes da organização administrativa, analise as afirmativas a seguir.

- I. A Receita Federal do Brasil possui dez Superintendências Regionais, estando Minas Gerais localizada na 6ª Região Fiscal. Essa divisão de competência administrativa de uma mesma entidade pública em diferentes órgãos chama-se desconcentração.
- II. Universidades Federais; INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social; CEF – Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil são exemplos da utilização da descentralização, como forma de organização administrativa.
- III. As agências reguladoras têm natureza autárquica, com regime especial, diferenciando-se das demais autarquias por conta dos seus dirigentes estáveis com mandatos fixos.
- IV. As empresas públicas são formadas por capital totalmente público, podendo ter liberdade de adoção de sua forma societária. As sociedades de economia mista, diferentemente, devem adotar a forma de sociedade anônima e o seu capital tem maioria de capital público, podendo ter participação de capital privado, detido por pessoas físicas ou jurídicas.

Nos termos do disposto em nosso Código Civil, está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e IV, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) I, II e IV, apenas.

Questão 30

Pode-se afirmar que a atual regra sobre a responsabilidade civil extracontratual do Estado é objetiva, na modalidade risco administrativo. É permitida, entretanto, a aplicação excepcional da teoria do risco integral. Aplica-se a teoria do risco integral nos seguintes casos relacionados, EXCETO:

- A) Danos nucleares.
- B) Danos ambientais.
- C) Danos por omissão do Estado.
- D) Atentados terroristas em aeronaves.

Questão 31

A Lei Federal nº 0001 foi publicada em 01/01/2022; contudo, não apresentou na parte final de seu texto indicação expressa referente ao período de *vacatio legis*. De acordo com o Decreto-Lei nº 4.657/1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro), a Lei nº 0001 terá vigência a partir de:

- A) Noventa dias depois de sua publicação.
- B) Três meses depois de sua promulgação.
- C) Quarenta e cinco dias depois de sua publicação.
- D) Quarenta e cinco dias depois de sua promulgação.

Questão 32

Antônio é idoso e conta com 82 anos de idade. Ele está desaparecido e foi visto pela última vez no local de seu domicílio no dia 05 de fevereiro de 2016. Não deixou representante ou procurador que lhe substitua, sendo declarado ausente. Nos termos do Código Civil, é correto afirmar que os interessados:

- A) Não poderão requerer a abertura de sucessão.
- B) Poderão requerer a abertura de sucessão definitiva.
- C) Poderão requerer apenas a abertura de sucessão provisória.
- D) Poderão requerer apenas que lhe seja nomeado um curador.

Questão 33

Astolfo é servidor público do município Y e ali exerce o cargo de Procurador. Considerando as normativas apresentadas pelo Código Civil sobre domicílio, é correto afirmar que Astolfo tem como domicílio:

- A) O local onde for encontrado.
- B) O local onde reside com ânimo definitivo.
- C) Necessário o lugar onde exerce permanentemente suas funções.
- D) Necessário o lugar onde funciona a sede da Administração Municipal.

Questão 34

Fernando está na posse ininterrupta e pacífica de uma casa localizada no centro da cidade Y há 7 anos. Em um dos cômodos Fernando instalou uma pequena mercearia que perfaz toda a sua renda mensal. A respeito da usucapião urbana especial, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Fernando poderá requerer o reconhecimento de usucapião especial, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
- B) Fernando não poderá requerer o reconhecimento de usucapião especial, pois utiliza parte do imóvel para fins comerciais.
- C) Fernando poderá requerer o reconhecimento de usucapião especial, pois a parte utilizada comercialmente é destinada à obtenção de seu sustento.
- D) Fernando poderá requerer o reconhecimento de usucapião especial, desde que a dimensão do imóvel corresponda até duzentos e cinquenta metros quadrados.

Questão 35

Dentre vários outros bens, o município Y possui dois imóveis que atualmente estão sendo utilizados, respectivamente, como sede de uma escola pública e de um posto de saúde. De acordo com o Código Civil, esses dois imóveis pertencentes ao município Y são classificados como bens:

- A) Particulares.
- B) Públicos dominicais.
- C) Públicos de uso comum.
- D) Públicos de uso especial.

Questão 36

João e Maria são partes em um processo judicial que tramita perante a Vara Cível da Comarca Y. No decorrer de sua tramitação, o juiz, de forma motivada, entende que deve ser protegida a intimidade dos interessados e decide pela decretação do sigilo do processo. Considerando a situação hipotética apresentada, poderão estar presentes em audiência:

- A) João e Maria, apenas.
- B) João, Maria e seus advogados, apenas.
- C) João, Maria, seus advogados e o Ministério Público, apenas.
- D) João, Maria, seus advogados, defensores públicos e o Ministério Público, apenas.

Questão 37

Chegou ao conhecimento do juiz Antônio que João publicou no jornal da cidade algumas mensagens ofensivas contra Maria. Presumindo que aquelas publicações afetaram a honra de Maria e que esta, provavelmente, ingressaria com uma ação por reparação de danos morais, o juiz Antônio resolve instaurar processo judicial em face de João. Assinale a alternativa que indica corretamente qual princípio da jurisdição foi desrespeitado pelo juiz Antônio.

- A) Inércia.
- B) Moralidade.
- C) Proporcionalidade.
- D) Inafastabilidade da jurisdição.

Questão 38

José e Márcia são partes em um processo judicial que tramita perante a Vara Cível da Comarca X. Para a produção de prova, José apresentou documentos, a fim de comprovar o que por ele foi alegado. O documento apresentado trata-se de um contrato particular assinado por José e Marco, com firmas reconhecidas em cartório. Entretanto, Márcia questiona a validade desse documento, alegando que a assinatura de Marco é falsa. Considerando o caso hipotético, assinale a afirmativa correta.

- A) O ônus de provar a falsidade documental é de quem a arguiu, ou seja, Márcia.
- B) O ônus de provar a falsidade documental é de quem juntou o documento aos autos, ou seja, José.
- C) O ônus de provar a falsidade documental é de quem teve a assinatura contestada, ou seja, Marco.
- D) O documento não pode ter sua validade questionada quanto a assinatura, pois teve firma reconhecida em cartório.

Questão 39

Ana, servidora pública, propôs ação em face do município Y com a finalidade de requerer o pagamento de adicional noturno, direito este que está previsto na Constituição Federal, na Constituição Estadual e no Estatuto dos Servidores Públicos do Município. O ente público foi citado para integrar a relação processual. De acordo com o Código de Processo Civil, assinale a afirmativa correta.

- A) O município terá prazo simples para se manifestar.
- B) O município terá prazo em dobro para se manifestar.
- C) O município não precisará ser intimado pessoalmente.
- D) O juiz definirá o prazo para que o município possa se manifestar.

Questão 40

Em ação de execução fiscal ajuizada tempestivamente pela fazenda pública do município X é cobrado montante referente ao Imposto Sobre Serviços (ISS) relativo aos serviços prestados por um salão de beleza situado em seu território que fora recolhido a menor. O contribuinte apresenta embargos à execução requerendo a obtenção da certidão negativa de débito. Em garantia, é realizado o depósito antecipado do valor integral referente ao tributo cobrado. Em decisão de primeiro grau, os embargos são julgados procedentes. A Fazenda decide recorrer. Podemos afirmar que enquanto é aguardado o julgamento do Tribunal do contribuinte:

- A) Terá direito à certidão negativa.
- B) Terá direito à certidão de quitação fiscal.
- C) Terá direito à certidão positiva com efeitos de negativa.
- D) Não terá direito à certidão negativa e nem à certidão positiva com efeitos de negativa.

Questão 41

O município XYZ notificou determinada pessoa jurídica fabricante de materiais de embalagem, para que efetuasse o pagamento do Imposto sobre a Transmissão Intervivos de Bens Imóveis (ITBI), incidente sobre a transmissão de bens decorrentes de processo de incorporação realizado com outra pessoa jurídica. Nos casos em que há reorganização societária, o ITBI:

- A) Incide sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes da incorporação e extinção da pessoa jurídica.
- B) Incide sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de incorporação, excepcionado em caso de fusão.
- C) Não incide sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de incorporação, fusão, cisão ou extinção de pessoa jurídica.
- D) Não incide sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de incorporação, isenção específica para quando a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos.

Questão 42

Prefeito edita decreto em janeiro de 2022 que antecipa a data de pagamento do IPTU, de maio para abril. No caso, o tributo poderá ser cobrado em:

- A) Janeiro de 2022.
- B) Abril de 2022.
- C) Abril de 2023.
- D) Maio de 2022.

Questão 43

Instituição de assistência social, cuja sede está no município X, tem três imóveis localizados no mesmo município, dos quais um é utilizado para sua sede, um é utilizado para abrigar uma escola e o outro é alugado a particular, sendo que o valor obtido com o aluguel é revertido para as atividades da própria instituição assistencial. A respeito da incidência do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) atinente aos três imóveis, é correto afirmar que a exação:

- A) É devida apenas sobre o imóvel alugado a particular.
- B) Não é devida, pois os imóveis são abrangidos pela imunidade.
- C) É devida sobre o imóvel alugado ao particular utilizado como instituição educacional.
- D) Não é devida, pois a sede é abrangida pela imunidade e os demais imóveis são objetos de isenção tributária.

Questão 44

O município Alfa instituiu, por meio de Lei Municipal, uma taxa exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis no município. A lei também estabeleceu que a área do imóvel deverá ser utilizada como base de cálculo da taxa. Considerando o fato gerador e a base de cálculo determinados, o tributo:

- A) É constitucional, pois o serviço prestado tem caráter específico e divisível, sendo permitida a adoção da mesma base de cálculo de determinado imposto estadual.
- B) É inconstitucional, pois o serviço prestado tem caráter inespecífico e indivisível, sendo vedada a utilização de base de cálculo idêntica a de determinado imposto estadual.
- C) É inconstitucional, pois o serviço público prestado tem caráter específico e indivisível, sendo vedada a utilização de base de cálculo idêntica a de determinado imposto municipal.
- D) É constitucional, pois o serviço público prestado é específico e divisível, sendo permitida a adoção de alguns elementos da base de cálculo própria de determinado imposto municipal.

Questão 45

Em relação ao crime de corrupção passiva, é correto afirmar que trata-se de crime:

- A) Formal.
- B) Material.
- C) De mera conduta.
- D) Omissivo próprio.

Questão 46

Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, EXCETO:

- A) Quem exerce transitoriamente cargo, emprego ou função pública.
- B) Quem exerce sem remuneração cargo, emprego ou função pública.
- C) Somente quem exerce mediante remuneração, em caso de cargo, emprego ou função em entidade paraestatal.
- D) Equipara-se a funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, e quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública.

Questão 47

Certa servidora pública municipal, concursada, empossada e, no exercício de suas funções, atrasou deliberadamente; portanto, com intensão e vontade, a emissão de uma certidão, que tem competência legal para expedir. A aludida servidora é a única com atribuição para tal função e o fez, pois nutria ódio em relação ao requerente da certidão. A demora em expedir a certidão causou prejuízos ao requerente. É correto afirmar que tal servidora cometeu qual crime?

- A) Concussão.
- B) Prevaricação.
- C) Corrupção ativa.
- D) Corrupção passiva.

Questão 48

João foi contratado para exercer a função de vigia noturno pelo período de cem dias, na modalidade de trabalho intermitente. O prazo da contratação está perto do fim, mas o empregado possui algumas dúvidas sobre seus direitos. Na condição de advogado contratado por João, assinale a afirmativa correta, considerando os seus direitos trabalhistas.

- A) Em caso de nova convocação para trabalho, João terá o prazo de um dia útil para responder ao chamado, presumindo-se, no silêncio, a recusa e extinção do contrato de trabalho por caracterização de subordinação.
- B) Por ter aceito a proposta de trabalho, João não poderá descumprir o prazo do contrato, sem justo motivo, sob pena pagar multa de 50% da remuneração que seria devida, permitida a compensação em igual prazo.
- C) Ao final do período de prestação de serviço, João receberá o pagamento imediato da remuneração, férias proporcionais com acréscimo de um terço, décimo terceiro salário, proporcional, repouso semanal remunerado, aviso prévio e adicionais legais.
- D) Para o contrato intermitente ser válido deve ser celebrado por escrito, sendo defeso remuneração como horista e o salário não pode ser inferior ao valor horário do salário mínimo ou àquele devido aos demais empregados do estabelecimento que exerçam a mesma função.

Questão 49

De acordo com a CLT, analise as afirmativas que tratam sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

- I. Constituem objeto ilícito de convenção coletiva ou de acordo coletivo de trabalho, exclusivamente, a supressão ou a redução dos seguintes direitos valor dos depósitos mensais e da indenização rescisória do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
- II. O contrato de trabalho poderá ser extinto por acordo entre empregado e empregador, podendo ser movimentada a conta vinculada do trabalhador no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) na data limitada até 80% do valor dos depósitos.
- III. O empregador efetuará o depósito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), na forma da lei, com base na remuneração estipulada no contrato celebrado, quando se tratar de contrato intermitente.
- IV. Por acordo entre as partes, no momento da rescisão do contrato de trabalho, será devida a metade da indenização sobre o saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I, II e III.
- B) I, II e IV.
- C) I, III e IV.
- D) II, III e IV.

Questão 50

Sobre os recursos do processo do trabalho, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Cabe agravo de instrumento, no prazo de oito dias, contra despachos dos Juízes do Trabalho que denegarem a interposição de recursos.
- B) Os embargos de declaração podem ter efeito infringente ou modificativo; além disso, interrompem o prazo para interposição de outros recursos, mesmo quando interpostos de forma intempestiva.
- C) O agravo de instrumento, na fase de conhecimento, é isento de custas judiciais. O depósito recursal, todavia, deverá ser recolhido, no importe de 50% do valor do depósito do recurso principal, o qual se pretende destrancar.
- D) Cabe Recurso de Revista para Turma do Tribunal Superior do Trabalho das decisões proferidas quando derem ao mesmo dispositivo de Lei Federal interpretação diversa da que lhe houver dado outro Tribunal Regional do Trabalho, no seu pleno ou turma.

ATENÇÃO



NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em QUALQUER MEIO. O candidato flagrado nesta conduta poderá ser ELIMINADO do processo.

CONCURSO PÚBLICO – PREFEITURA MUNICIPAL DE CAETÉ/MG

PROVA DISCURSIVA (PARECER JURÍDICO)

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova Discursiva (Parecer Jurídico) é de caráter eliminatório e classificatório, constituída de um Parecer Jurídico que será avaliado na escala de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.
- A resposta à Prova Discursiva (Parecer Jurídico) deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de corpo transparente, de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas.
- A Prova Discursiva (Parecer Jurídico) terá extensão mínima de 20 (vinte) linhas e máxima de 60 (sessenta) linhas, sendo desconsiderado para efeito de avaliação qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão máxima permitida.
- O candidato receberá nota zero na Prova Discursiva (Parecer Jurídico) em casos de não atendimento ao conteúdo avaliado, de não haver texto, de manuscruver em letra ilegível ou de grafar por outro meio que não o determinado (...), bem como no caso de identificação em local indevido.
- Para efeito de avaliação da Prova Discursiva (Parecer Jurídico) serão considerados os seguintes elementos de avaliação:

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
(A) ASPECTOS MACROESTRUTURAIS	14 pontos
ABORDAGEM DO TEMA E DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO	
Neste critério serão avaliados: pertinência de exposição relativa ao problema, à ordem de desenvolvimento proposto e ao padrão de resposta, conforme detalhamento a ser oportunamente publicado.	
(B) ASPECTOS MICROESTRUTURAIS	6 pontos
Indicação de um erro para cada ocorrência dos tipos a seguir:	
1. Conectores (sequenciação do texto). 2. Correlação entre tempos verbais. 3. Precisão vocabular. 4. Pontuação. 5. Concordância nominal e verbal. 6. Regência nominal e verbal. 7. Colocação pronominal. 8. Vocabulário adequado ao texto escrito. 9. Ortografia. 10. Acentuação.	
OS ERROS TEXTUAIS OBEDECERÃO AOS CRITÉRIOS A SEGUIR:	
Número de erros	Pontuação
Nenhum	6,00
De 1 a 5	5,60
De 6 a 10	5,20
De 11 a 15	4,80
De 16 a 20	4,40
De 21 a 25	4,00
De 26 a 30	3,60
De 31 a 35	3,20
De 36 a 40	2,80
De 41 a 45	2,40
De 46 a 50	2,00
De 51 a 55	1,60
De 56 a 60	1,20
De 61 a 65	0,80
De 66 a 70	0,40
Acima de 70	0,00
OBSERVAÇÕES QUANTO AOS CRITÉRIOS DE CORREÇÃO:	
1. Por linha efetivamente escrita, entende-se a linha com no mínimo duas palavras completas, excetuando-se preposições, conjunções e artigos.	
2. O padrão de resposta será divulgado com o resultado preliminar da Prova Discursiva (Parecer Jurídico).	

CONCURSO PÚBLICO – PREFEITURA MUNICIPAL DE CAETÉ/MG

Considere que o Prefeito do Município de Caeté, buscando dar efetividade ao pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar dos munícipes, tenha solicitado um levantamento de imóveis particulares que estejam em descumprimento das condições de parcelamento, edificação ou utilização compulsória previstas no Plano Diretor. O Secretário Municipal de Obras informou, em relatório detalhado, que os proprietários foram notificados a apresentar projeto de aproveitamento dos imóveis e, a partir da aprovação dos projetos, foram notificados a iniciar as obras. Decorridos mais de três anos, desde as primeiras notificações, os imóveis continuam abandonados. O Prefeito realiza consulta à Procuradoria Municipal para saber quais providências podem ser tomadas, visando o cumprimento da função social dessas propriedades. Na condição de Procurador Municipal, elabore um parecer contendo os aspectos formais – interessado, assunto, ementa, relatório sucinto, desenvolvimento e conclusão – bem delimitados e respondendo de forma objetiva e fundamentada aos seguintes questionamentos:

- A) É possível desapropriar os referidos imóveis, como forma de penalidade a estes proprietários? Responda, explicando a modalidade, os requisitos, os limites e o fundamento legal.**
- B) Na hipótese da referida medida expropriatória, cabe indenização ao proprietário? Explique e fundamente.**
- C) Se um dos imóveis for de interesse público para fins de construção de um posto de saúde, poderá ser desapropriado? Neste caso, qual a modalidade e como se dá a indenização ao proprietário? Explique e fundamente.**
- D) O Decreto desapropriatório é um ato administrativo? Quais seus requisitos de validade? Responda e explique.**

PROVA DISCURSIVA (PARECER JURÍDICO)

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO

CONCURSO PÚBLICO – PREFEITURA MUNICIPAL DE CAETÉ/MG

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	





INSTRUÇÕES

É facultativo o uso de máscara durante a aplicação da prova. O álcool em gel se encontra disponível para o uso dos candidatos.

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.
2. É proibida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos, bem como a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido que o candidato ingresse na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo, pulseiras ou braceletes magnéticos (ainda que terapêuticos) e similares etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade do Instituto Consulplan sobre tais equipamentos. Caso o candidato seja surpreendido portando os citados aparelhos eletrônicos durante a realização das provas, o fato será lavrado no Termo de Ocorrência e ele será ELIMINADO automaticamente do Concurso Público.
3. Com vistas à garantia da segurança e da integridade do Concurso Público, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários.
4. O caderno de provas consta de 30 (trinta) questões de múltipla escolha para os cargos de nível elementar, médio e técnico e 40 (quarenta) questões de múltipla escolha para os cargos de nível superior. O caderno de prova do cargo de Procurador Municipal consta de 50 (cinquenta questões) com 1 (um) parecer jurídico.
5. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) e Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva somente para o cargo de Procurador Municipal) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação.
6. As provas terão duração de 3 (três) horas para os cargos de nível elementar, nível médio e técnico e 4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos para o cargo de Procurador Municipal. Este período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (Gabarito) e Folha de Textos Definitivos (somente para o cargo de Procurador Municipal).
7. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) opções de respostas (A a D) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão de Respostas (Gabarito) e Folha de Textos Definitivos (somente para o cargo de Procurador Municipal) devidamente assinado em local específico.
8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe, única e exclusivamente, ao candidato interpretar e decidir.
9. Não é permitida a anotação de informações relativas às respostas (cópia de gabarito) no Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI) ou em qualquer outro meio.
10. O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato, também, poderá retirar-se do local de provas somente a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização, contudo não poderá levar consigo o caderno de provas.
11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum destes candidatos insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo Fiscal de Aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo Fiscal de Aplicação da sala e pelo Coordenador da Unidade de provas, para posterior análise pela Comissão de Acompanhamento do Concurso Público.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na *internet*, no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, a partir das 16h00min da segunda-feira subsequente à realização das provas escritas objetivas de múltipla escolha.
- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 3 (três) dias úteis, a partir do dia subsequente ao da divulgação, em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br.
- A interposição de recursos poderá ser feita via *internet*, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato ao fornecer os dados referentes à sua inscrição, apenas no prazo recursal, ao Instituto Consulplan, conforme disposições contidas no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, no *link* correspondente ao Concurso Público.